

Comissão decide cobrar imposto também de militares

Da Sucursal de Brasília

Incrá - O delegado regional do Incra no Rio Grande do Sul, Celso Gayger, renunciou ontem ao cargo, afirmando que a extinção do órgão "foi um retrocesso e impossibilitará a reforma agrária no Estado". Gayger, que comunicou sua renúncia ao ministro Jader Barbalho e ao governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, disse que havia assumido a Delegacia Regional do Incra "para defender os sem-terra e não para mediar conflitos".

Conflito - Três pessoas foram assassinadas no último fim-de-semana na localidade de Goianésia, município de Rondon do Pará (sul do Pará), em um confronto entre posseiros e fazendeiros. As vítimas foram os lavradores João Passarinho, 25, Sebastião Pereira de Souza, 51, e seu filho Clévio Souza, 3, mortos a tiros.

Ianomami - O delegado de Polícia de Mucajá (RR) afirmou ontem, em um programa de TV de Boa Vista, que cerca de três mil garimpeiros estão se dirigindo a uma região pertencente aos índios ianomani ao norte da capital. A notícia foi divulgada em São Paulo por Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Ianomani.

A última decisão da Comissão de Sistematização ao encerrar a votação do Título Três ("Da Organização do Estado") do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), ontem às 21h10, foi a aprovação de uma emenda que termina com o privilégio dos militares, que atualmente estão isentos do pagamento do Imposto de Renda. "Os vencimentos de quaisquer servidores estão sujeitos a impostos de



renda e extraordinários, inclusive os militares", diz o texto aprovado ontem e que agora será submetido ao plenário do Congresso constituinte.

A comissão aprovou à tarde uma emenda do deputado César Maia (PDT-RJ), pela qual o texto da nova Carta garantirá a reserva de uma porcentagem (a ser definida em lei) dos empregos públicos para os deficientes físicos. Estes, porém, não ficarão isentas da necessidade de aprovação em concursos para serem empregadas na administração pública.

Foi uma das mais confusas e enfadonhas sessões da comissão. O deputado Cunha Bueno (PDS-SP) apresentou uma emenda ao artigo 40

suprimindo o trecho do substitutivo que garante a possibilidade de intervenção federal nos Estados que atentarem contra a "forma republicana". Em sua argumentação, Bueno disse que tal dispositivo é "uma agressão aos monarquistas". Depois de mais de meia hora de discussão, concluiu-se que a emenda fora apresentada inadequadamente e que o assunto deverá ser tratado no artigo 70 — que trata das emendas à Constituição e que, efetivamente, proíbe aos monarquistas tentarem abolir a "forma republicana". Bueno acabou desistindo da emenda.

A comissão chegou a aprovar uma emenda do deputado Gastone Righi (SP), que prevê que "os ministros de

Estado, os ministros do Supremo Tribunal Federal e os membros do Congresso Nacional terão os mesmos vencimentos e vantagens que serão fixados por lei ordinária e não poderão exceder aos percebidos pelo presidente da República". Só depois que a emenda foi aprovada por 82 votos a 8, porém, os parlamentares se aperceberam de que o tema é tratado não no Título Três (que foi objeto de votação ontem), mas no seguinte.

A comissão aprovou também uma emenda do deputado Mendes Thame (PFL-SP), que assegura aos servidores públicos aposentados e inativos reajustes em seus vencimentos "na mesma proporção e na mesma data"

que os funcionários em atividade tiverem seus salários reajustados. Além disso, a emenda assegura aos aposentados "quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade". A emenda, se ratificada pelo plenário, favorecerá tanto os funcionários estatutários como os contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A garantia da extensão a todos os servidores aposentados dos benefícios que venham conseguir os funcionários em atividade levou, há cerca de um mês, o ex-ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, a uma violenta alteração com o relator da comissão.